

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E DITADURA NA AMAZÔNIA: ARTIFÍCIOS DE PESQUISA, AUTORIA
E TRAJETÓRIA, CRÍTICA ÀS ARTES DE GOVERNAR**
**HISTORY, MEMORY AND DICTATORSHIP IN AMAZÔNIA: STATE OF THE ART, RESEARCH TECHNIQUES,
AND ART OF GOVERNMENT**

Filipe Menezes Soares¹

RESUMO: O artigo a seguir se pretende a apresentar um projeto de pesquisa realizado junto à Universidade Federal do Pará. No exercício do projeto, atualmente tento a adaptação de um discurso histórico/historiográfico mais capaz em sua proposta de diálogo. Discurso esse que se pretende não somente estar voltado a um público mais amplo, portanto, mas que se mantém comprometido com a ruptura entre uma narrativa hegemônica e uma fala marginalizada. O entendimento é da possibilidade de se inventariar uma pesquisa-escrita formadora, sincera, expositiva e expositora do método e, por isso mesmo, convincente e corajosa. A seguir, o leitor poderá ter acesso ao maquinário discursivo da ditadura, sua razão prática, portanto, sua governamentalidade. Não se imiscuirá, contudo, de uma possibilidade crítica, pondo do avesso o regime e sua relação com o regional amazônico, a partir, justamente, de uma ação de pesquisa científica socialmente relevante.

Palavras-Chave: Acervos – Arquivos – História Pública – Regimes Autoritários – “Rodas de Memória”.

ABSTRACT: The following article aims to present a research project linked to Federal University of Pará. At the moment I am trying to adapt a more capable historical/historiographical discourse in its dialogue proposal, and not only aimed at a wider audience, therefore, but more committed to the rupture between a hegemonic narrative and a marginalized speech. The understanding is the possibility of inventorying an education formative, sincere, that exposes the method and the process of the research-writing, for thefore deffendes a narrative convincing and courageous. Next, you will have access to the machinery of the dictatorship in Brazil, its practical and reason, in summary, its governmentality. However, it will not interfere with a critical possibility, turning the regime and its relationship with the Amazon region inside out, based precisely on a socially relevant scientific research action.

Key-words: Collections – Archives – Public History – Authoritarian Regimes – “Memory Circles”.

1. Professor Doutor, na Faculdade de História (FAHIST), UFPA-campus Bragança.

INTRODUÇÃO

O trabalho que realizei em torno da ditadura militar na Amazônia, hoje define-se pelo projeto de pesquisa por mim coordenado na Universidade Federal do Pará. Em seu segundo ano, posso dizer que o projeto superou as expectativas de sua execução. Depois de defendida minha tese em 2020, a princípio estive renitente em relação à continuidade de uma pesquisa ainda voltada a Ditadura Militar na Amazônia. Digo isso em função de minha experiência de pesquisa com o tema, especialmente na região da Transamazônica, atualmente já passando dos 10 anos de atividades vinculadas ao recorte. Mas o retorno a Bragança (PA) facultou a possibilidade de reorientar o recorte trabalhado a partir de um outro espaço, uma outra importante cidade do estado, tendo em vista sobretudo seu legado cultural e seu validado patrimônio cultural nacional. E foi justamente esse interesse na cultura local da cidade que me fez dessa vez pensar a ditadura a partir do arcabouço conceitual resumido pela definição de cultura política.² O conceito é uma importante chave explicativa da ditadura militar e possibilita justamente articular o legado cultural da cidade com o conteúdo político dos anos compreendidos entre 1964-1985.

Em resumo, entendeu-se da necessidade de se pensar a cultura como um conjunto de valores relacionados à discursividade do regime militar. Ou seja, como práticas e condutas da cultura local se associam à defesa de um dado perfil moral e postura cívica, enfim, o nacionalismo presente nos discursos das Forças Armadas. Esta conclusão, no entanto, como parte de uma pesquisa histórica, precisa estar embasada em um conjunto de fontes que permita sua afirmação. Esse entendimento aqui inicialmente apresentado foi possível de ser identificado em outro importante patrimônio histórico da cidade. Me refiro ao status adquirido pelo conjunto de processos reunidos no Fórum da Comarca local. São peças jurídicas que contam

a história do período 1964-1985 a partir de uma descrição do cotidiano da cidade, seus problemas entre o convívio social da época. Essas fontes estão sendo organizadas em parceria com o PRODOC (Projeto de Preservação Documental e Organização dos Acervos Históricos das Comarcas de Bragança e de Ourém no Nordeste do Pará), outra iniciativa de extensão da faculdade. Entre os documentos selecionados, destaco aqueles relativos às questões de gênero. Eles sugerem a prática de uma violência machista e patriarcal que demarcaram o dia a dia de Bragança, suas relações.

Esse problema da violência machista também pôde ser constatado em depoimentos orais cedidos por pessoas de idade avançada na cidade. As entrevistas foram devidamente filmadas, e as gravações, feitas com um pequeno grupo de pessoas. Apesar de poucas, no entanto constituem falas importantes e decisivas para a discussão da ditadura militar no Brasil e sua relação com os interiores do território brasileiro. Tenho dito aos orientandos que neste momento mais importa a qualidade das memórias que estamos lidando do que exatamente a quantidade de pessoas entrevistadas. Os depoimentos têm aproximadamente 1h de fala cada, mas o texto deles decorrentes, suas transcrições, já possibilitam realizar ampla discussão sobre o tema. Portanto, a importância dos discursos que estão sendo colhidos expressa a densidade do conteúdo abordado, abrindo um sem-número de perspectivas para a pesquisa inserida no projeto e demais iniciativas. A continuidade dos esforços compreendidos nesta ação, ainda assim também pressupõe a continuidade das entrevistas. Contudo, tenho percebido um fenômeno comum na História Oral ao longo da prática de pesquisa em Bragança. Falo dos processos que incorrem em silenciamentos, quando uma dada memória social prefere se calar mediante o trauma que corresponde as histórias narradas. A certeza é de que existe um conteúdo sensível evidente na memória do re-

2. O conceito parte da sociologia americana, mas é trabalhado, sob a ditadura militar no Brasil, sobretudo por Rodrigo Patto Sá Motta, professor na Universidade Federal de Minas Gerais.

gime militar, consequência da violência contida no autoritarismo dos generais-presidentes e Forças Armadas. Tentarei rapidamente demonstrar essa complexidade a seguir.

Em outro artigo, ainda não publicado, discuto como a cidade foi palco de um importante fato da repressão política na ditadura, cujo exemplo passa pela atuação do Sistema Educacional Radiofônico de Bragança, e a consequente investigação de um suposto conteúdo subversivo vinculado às transmissões. A partir deste fato, portanto, espécie de acontecimento monstro na história da cidade (DOSSE, 2016), tenho identificado uma dada ruptura, presente entre grupos que se afastam da discussão e, portanto, do contato com a memória do regime, um tempo pensado muito em função da figura de Dom Eliseu. O pároco foi um bispo italiano referência na cidade, responsável pela delação de um grupo de professoras atreladas ao Movimento de Educação de Base, ação de ensino realizada através da rádio local. No conjunto da cidade, há um grupo que se pretende a ocupar o lugar de fala do período, segmento mais elitizado da cidade, seja em função de apresentar poder aquisitivo, seja por possuir capital cultural capaz de mobilizar uma fala mais articulada daqueles anos, inclusive com apresentação de registros da época. Tenho pensado a dificuldade inicial que tive com a realização das entrevistas por ela estar atrelada ao silenciamento, postura consensuada na comunidade local. Mas entendo que os depoimentos colhidos já são suficientes para a produção historiográfica relacionada ao tema – eles somam cinco entrevistas gravadas e um depoimento cedido via aplicativo de mensagens instantâneas. Tenho pensado, inclusive, e mais propriamente dito, que o silenciamento sugere uma convivência de parte da população da cidade com o regime à época. A postura estimulada entre os grupos é da opção por evitar falar do governo militar, comportamento que a princípio pode ser definido em função das arbitrariedades cometidas pela repressão, mas que também articula a hipótese de um contrato moral, estando este compreendido na defesa de costumes conserva-

dores caros ao regime militar à época, assim como também caro às populações dos interiores do país. Essa é a principal proposição para a sequência do trabalho, assim como para a renovação do projeto e, enfim, para a construção de seu vínculo com o regional, o nacional, e o internacional – novos lugares institucionais de pesquisa, mas também outros recortes que permitem conclusões associadas. Ou seja, a capilaridade das universidades públicas nos interiores, sua presença demarcada em cursos presenciais, por sua vez associada a um aparato que permite relacionar pesquisa e extensão, leva o trabalho acadêmico para os locais distantes dos grandes centros. Isso vem a permitir que as temáticas políticas das cidades capitais também se façam presentes no cotidiano dos interiores, promovendo assim o território nacional como um orientador das discussões, sua crítica, algo entre uma perspectiva micro e macro, sem deixar de observar as hierarquias constituídas e os diversos grupos populacionais atrelados a este mapa do Brasil.

Antes de adentrar em novos debates, hoje posso garantir o sucesso do projeto, mediante a escrita e publicação de artigos, participação em eventos, coordenação de simpósio temático nacional sobre o tema, e início da construção de um meio digital que possa divulgar nosso trabalho de pesquisa, assim apresentando o conteúdo trabalhado em dimensão mais pública. Uma série de atividades em parceria com os orientandos estão em vias de execução, estudos e leituras, práticas de pesquisa em arquivo e no campo, mediação com fontes históricas e sua exposição crítica. O entendimento compartilhado é da defesa pela construção de uma memória social e local comprometida com a denúncia do regime militar, evitando silenciamentos, e fazendo das fontes históricas atreladas ao período um verdadeiro patrimônio cultural da cidade, memória e história do estado do Pará que deve ser devidamente constituída. Portanto, considero que o projeto tem sido importante não só para a produtividade científica da UFPA, mas por também validar essa produção socialmente. Entendo que ao estudar o cotidiano da cidade e nos fazermos pre-

sente em suas ruas, na busca pela realização das entrevistas, nosso grupo também tem alterado o cotidiano local em função de uma revisão daqueles anos. Estamos presentes no Fórum da cidade, sempre em diálogo com seus responsáveis, assim como também conversamos no grupo de pesquisa sobre a relevância nacional da cidade à época, a partir de documentos que estão reunidos no Sistema de Informação do Arquivo Nacional.

O conjunto do documental do Sistema Nacional de Informações reúne textos relativos à Bragança e podem ser pesquisados mediante iniciativa do programa “Memórias Reveladas”. O presente pesquisador é premiado por esta iniciativa do Arquivo Nacional, em último edital veiculado e aguarda publicação de artigo científico em prelo. Dessa forma, enquanto especialista da ditadura militar, historiador da área, tenho levado e trazido as discussões dos interiores amazônicos, sob a ditadura, para espaços nacionais. Junto ao grupo de orientandos, confio na continuidade da pesquisa sobre o tema na cidade, fazendo da história local algo vivo em seu cotidiano, experiências que vivenciamos até aqui e que se abrem em novas possibilidades de pesquisa, tendo em vista a continuidade do projeto em questão.

ARTIFÍCIOS DA PESQUISA HISTÓRICA

Aquilo que me conduziu à captação de depoimentos orais do período 1964-1985, hoje se soma, desde Bragança, a um conjunto de processos judiciais que contam a história do regime nos interiores amazônicos. Como disse, dessa vez conduzo uma narrativa a partir de uma cidade distante da rodovia BR-230, qual seja, a cidade de Bragança, no nordeste do Pará. Esta cidade abriga um curso superior em História, do qual faço parte como professor. Desde aqui articulo um diagrama que melhor representa o período 1964-1985 na Amazônia, em especial o estado do Pará. Nesse intento, reúno tudo o que pude angariar e arquivar ao longo da tese e anos posteriores. São materiais presentes em arquivos das grandes cidades do sudeste,

mas também da capital Belém do Pará. O conjunto condensa-se em uma visão aumentada do quadro territorial do estado, ampliando o recorte dos municípios da Transamazônica para pensarmos os entornos da capital, em direção também às suas fronteiras litorâneas. Em resumo, proponho um jogo de escalas local-internacional, recortes que permitem visualizar a capilaridade e articulação do regime militar à época.

Mas hoje entendo que a pesquisa precisa não mais propor uma sorte de discursos historiográficos sobre os anos da ditadura, mas, por outro lado, assinalar que o imperativo na área em questão é outro: elencar as memórias do período, salvaguardar os depoimentos de pessoas com idade avançada que conviveram com o regime, e a partir daí articulá-los mediante uma organização deste acervo, sem deixar de entrecruzar essas falas com outras naturezas documentais – conjunto de fontes a serem apresentadas em sociedade, objetivando, ao final, uma crítica pública sobre o tema.

Esse novo entendimento passa por consagrar o regime na memória crítica e política do país, fazendo do acervo amazônico, suas memórias e seus documentos, um monumento da história nacional: criticar e expor o absurdo daqueles anos para salvar o trauma dos autoritarismos. Ou seja, dar o devido lugar na memória nacional às arbitrariedades dos militares, de maneira crítica e em constante revisão, para assim afastar os perigos do aparato governamental da extrema direita, movimento sempre em flerte com a caserna. Em produções recentes, tenho afirmado que a revisão da memória sobre o período da ditadura na Amazônia esteve impulsionada pela transformação do quadro político do Brasil atual, sua polarização, processo social decorrente da passagem entre o mais recente impeachment e a ascensão de Jair Bolsonaro. Nesse movimento, o cenário atual já reorienta suas dinâmicas, núcleo de um governo federal novamente ocupado pelo Partido dos Trabalhadores, sigla que atua na Amazônia por esquemas que confundem modernização e salvaguarda de populações tradicionais, mas que, ao fim e ao cabo, sem-

pre se define como defensora de um movimento de expansão do capitalismo para as áreas de floresta, convertendo e encobrendo formas de vida locais em função da reprodução das relações de mercado na região, suas cobiçadas commodities.

Portanto, o intento é mesmo salvar uma dada memória social da Amazônia para evitar a transformação e a apropriação radical de seu território, corroborando uma crítica de afronte à ditadura a partir da dimensão mais pública possível de suas memórias. O objetivo é não incorrer em autoritarismos que, à esquerda e à direita, tentam reconduzir este território em função de um grande bolo econômico, cujas fatias definitivamente não interessam aos que aqui moram e trabalham. Por outro lado, a insistência por um modelo desenvolvimentista na região, só faz sobreviver os esquemas de uma intervenção autoritária no território brasileiro. A gestão histórica aqui criticada, identifica então as relações sociais no Brasil em função de uma cultura tradicional e conservadora, incapaz de emancipar uma população, cujo processo de assujeitamento é fundamental para a defesa de uma brasilidade atenta às dinâmicas do século XXI. A postura defendida acima, nos exige, entre outras questões de mesma importância, frear a locomotiva capitalista dentro e fora da Amazônia, uma vez que o sistema já se manifesta em colapso, atentando diretamente contra o equilíbrio socioambiental necessário à vida na terra e, sobretudo, na Amazônia, recorte regional decisivo ao equilíbrio do planeta, como sabemos.

Em que pese o fato de uma comparação que praticamente tende a tornar equivalente as manifestações da direita radical e da esquerda no Brasil, é preciso, dessa forma, propor algumas diferenciações. Na esteira dos depoimentos que reuni nesses anos de pesquisa na Amazônia, a mim foi apresentado enquanto fato inaugural da pesquisa, alguns depoimentos de tendência conservadora e reacionária, aquilo que mais tarde desembocaria no fenômeno bolsonarista. Desde o início do trabalho na região, portanto, pude constatar que o autori-

tarismo no Brasil se reorganizou em função de um antipetismo, movimento com grande carga moralizante sobre uma pauta de costumes. Essa é historicamente a cara das elites no país e as esquerdas que estão em torno do Partido dos Trabalhadores de fato não representam esse perfil autoritário característico dos grupos bolsonaristas. Mas é preciso questionar o projeto de poder do partido em questão, que nos últimos anos atualizou a agenda do desenvolvimento na região amazônica, um carro-chefe da ditadura no Brasil, aquilo que volta e meia aparece nas políticas do governo federal para a região. No mais, posso concluir que essas ações também são autoritárias.

Neste artigo, importa considerar que o início da constituição do acervo da pesquisa que coordeno se dá em meio a pesquisas realizadas inicialmente a partir de Marabá, em janeiro de 2015. A escolha por essa cidade da Transamazônica responde à tentativa de encontrar os sujeitos agenciados nos Programas de Colonização Dirigida do INCRA, a partir de 1970. O recorte foi estabelecido previamente, desde os arquivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE. Essa autarquia conta com uma vasta biblioteca, e por ser um prédio ligado aos idos do regime, também construído sob os anos Médici, abriga importante história da ditadura, contida, justamente, no conjunto documental do período. A ditadura deu grande atenção ao chamado Departamento de Imprensa Nacional (DIP), publicando, em veículos oficiais, temas, discursos e propagandas de seu governo e daqueles anos. Trata-se de um maquinário publicitário caro a qualquer regime autoritário do período (FICO, 1997).

No mesmo ano de 2015, em Marabá, tive a oportunidade do contato com uma turma do PARFOR-UFPA (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), e conversei com o pessoal do programa sobre a proposta de pesquisa. Distanciando-se da cidade, sempre nas cercanias da rodovia, comecei a reunir alguma memória do período ditatorial. E é mesmo a memória da

Guerrilha do Araguaia³ o que sobrevive naquelas proximidades. Pude então ouvir algo a respeito, no lastro, à época, da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Naquele momento, os responsáveis pelo relatório já haviam se aproximado do público com quem conversava, sobretudo no município de Palestina do Pará.

Entre as voltas que dei em Marabá, asseguro ter em arquivo alguns depoimentos que tratam da repressão à guerrilha na região, e da relação do regime com um conjunto de trabalhadores rurais que ainda se encontravam naquelas localidades. A complexidade desses depoimentos dá a ver o processo de anistia levado adiante pela CNV, sobretudo a política de reparo à violência institucional do período. Na verdade, as memórias da Guerrilha que reuni já são por demais afetadas pela condução das indenizações, como também já saíam do escopo de minha pesquisa. Deixei de lado esses depoimentos em função de não abordarem diretamente a política de colonização dirigida na região. Na verdade, diz a CNV que nas proximidades de Marabá a política de colonização atuava como uma fachada, ação que mais visava a segurança nacional daquelas localidades, uma forma de afastar influências políticas das esquerdas na região. Inclusive, os funcionários do INCRA, responsáveis pela colonização dirigida, chegaram a constituir agentes da repressão infiltrados (BRASIL, 2014). Mas para além da Guerrilha, os depoimentos de Marabá e cercanias importam à medida que permitem entrever processos mais associados a década de 1980, período de formação dos sindicatos que atuavam na luta pela terra, em uma ditadura já bastante fragilizada. A década perdida (1980) na Amazônia representou a falência do aparato militar que um dia jurou o zelo político daquela região. A partir de 1980, o território abriu-se em disputas pelo acesso à terra

e ao trabalho, acompanhado de perto pelo projeto Grande Carajás, no qual o sonho do enriquecimento fácil seguia mobilizando as consciências nacionais em direção à Transamazônica – mito recôndito da floresta e seu *El Dorado* (PIZARRO, 2012).

Em Marabá, portanto, me dediquei aos municípios de Palestina do Pará e Brejo do Meio, mas a memória da colonização ainda não se apresentava. Esta constatação se tornaria importante naquilo que representa a discussão do projeto do INCRA. Dividido em três PIC's (Programa Integrado de Colonização), o trecho de Marabá teve pouco investimento do governo à época, fazendo da Política de Colonização Dirigida uma realidade de Altamira e seu entorno (INCRA, 1972). Outro programa de colonização que faz parte dessa política, remete a área de influência de Itaituba, para onde demorei a me direcionar. Apesar de só chegar na região de Itaituba em julho de 2016, para enfim realizar entrevistas, em 2015 percorri a Cuiabá-Santarém, mas sem efetivamente realizar pesquisas. Este é um entroncamento importante no planejamento do território amazônico, uma vez que faz de Rurópolis, município criado pela colonização dirigida, um polo de encontro entre as duas grandes rodovias da Amazônia: a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém (REGO, 2016).

Outro lugar importante quando o assunto é a colonização dirigida, responde ao município de Pacajá, nas cercanias de Altamira, margem direita do Rio Xingu. Em Pacajá, dessa forma, como mais próximo a Altamira, mais fácil é o contato com o passado da colonização dirigida. Ali realizei entrevistas e fotografei os lotes para onde antigos trabalhadores eram direcionados pelo INCRA. Portanto, no intento de percorrer a Transamazônica, foram somadas junto às entrevistas realizadas e devidamente filmadas, um dado conjunto de fotografias,

3. Para além das referências sobre a Guerrilha, citadas na bibliografia do artigo (seus autores, projetos e discussão mais ampla), recomendo o documentário "Osvaldão" (2014). O filme propõe uma linguagem que associa o debate político com o inspirador artístico presente no simbólico da figura de "Osvaldão", um guerrilheiro que chefiou a ação revolucionária na região do Araguaia. O filme funciona bem como uma obra que vem a representar o regional amazônico e facilita a compreensão da realidade histórica do lugar, sobretudo do sudeste do estado do Pará. Resolvi citar o documentário como sugestão para aqueles que se interessam pela construção fílmica da História, e que atuam na construção das diversas visibilidades daquilo que entendemos por Amazônia.

registros do pesquisador, mas também um álbum formado com grande contribuição dos moradores visitados. Me refiro a uma outra sorte de imagens a mim entregue pelos próprios depoentes. Entre o álbum da Transamazônica, produto do trabalho de campo realizado em 2015, apresento abaixo uma fotografia da Marabá Velha, registro desta importante cidade à beira da rodovia, foto de há mais de 10 anos atrás, marco inicial de minhas pesquisas na região.

Mas não só de fotografias é constituído o acervo resultante deste percurso. Muitos registros oficiais também foram cedidos ao pesquisador, como a documentação relativa à propriedade da terra e a identificação dos colonos – grupo que até hoje segue organizado na região da Transamazônica e que mobiliza uma dada memória do regime. São registros e produções que certificam suas identidades de “pioneiros”, um grupo social da Transamazônica que se reconhece e se promove, reunindo informações da época que se estendem à atualidade.

Mas no cerne mesmo das entrevistas foi realizado nas áreas rurais de Altamira, entre os municípios de Brasil Novo e Medicilândia, os municípios da colonização, aglomerados criados pela Colonização Dirigida, cujos nomes dão a ver o principal intento do regime à época: criar, no seio da floresta amazônica, cidades que funcionariam como comunidades nacionais, estas reunidas em torno do espírito cívico característico do nacionalismo militar. Outro leque de discursos e valores morais seriam ali estimulados para criar e compor um dado perfil de brasileiro: naquela época, em resumo, um ethos comprometido com as políticas de desenvolvimento e segurança – sua economia, seus costumes.

Um momento importante na constituição deste acervo remete ao retorno para Belém, depois de uma passagem no oeste do estado, por Santarém, advindo, a princípio, dos municípios da Transamazônica. Nesse intento, o rio Amazonas foi percorrido em direção a capital do Pará, trajeto que permite ver a imensidão fluvial do território e as populações que o constituem, verdadeiro patrimô-

nio cultural daquilo que entendemos por Brasil. O passo seguinte já compreende a realização de um doutorado, decidido entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal do Pará (UFPA). O curso é então realizado no Programa de Pós-graduação em História da UFPA (PPHIS-T-UFPA), quando brevemente interrompido por uma disciplina na pós-graduação da UFF. No curso realizado, destaca-se o estudo dirigido de uma “história do cotidiano sob regimes autoritários”. O entendimento era da possibilidade de reconstruir os anos da colonização a partir de uma narrativa que isolasse o cotidiano das agrovilas ao longo da execução daquele projeto, marca da repercutida construção da Transamazônica e da ocupação de suas margens.

Mas foi na verdade a presença em alguns arquivos da cidade do Rio de Janeiro o que definiu os rumos da pesquisa. Associados, o conjunto arquivístico da ditadura reunido naquela cidade se desdobra entre a Escola Superior de Guerra, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, instâncias responsáveis pelo quadro diretivo do projeto e suas abordagens.

O IHGB, prédio alto e antigo no centro da cidade, à época muito pouco interativo e atrativo enquanto lugar de pesquisa e conhecimento, abrigava um importante arquivo pessoal de Emilio Garrastazu Médici. Naquele conjunto de documentos, reuni por compra uma série de fotografias do general-presidente na Amazônia, região de Altamira, presença que tinha o intuito de acompanhar a colonização dirigida no canteiro de obras da Transamazônica. Também aparecia nos documentos alguns textos relativos a uma espécie de troca de correspondências entre interlocutores do governo militar e o presidente. Essas peças caminham no sentido de uma fala especializada, capaz de formar e informar Garrastazu Médici no posto que ocupava. A narrativa nelas contidas estende-se a uma outra série documental, dessa vez com outra temática identificada no título, no entanto um conjunto de documentos possivelmente definidos por uma mesma natureza das cartas. Esse outro material

aborda diferentes temas, aquilo que está assinalado desde o título como “Assuntos brasileiros”, e que por isso ligeiramente difere da série anterior.

Em outro momento, a presença na Escola Superior de Guerra foi um acontecimento determinante na minha formação. Foi lá que me percebi como verdadeiro historiador, incansável nos arquivos. Na biblioteca, identifiquei nos trabalhos sobre Amazônia uma seção que conduzia o interesse e o esforço dos militares entre os 21 anos do regime. Estudos, artigos, discursos, livros e publicações oficiais voltados para essa região do território nacional. Uma produção que reúne diferentes autores em diferentes postos do governo à época. Reproduzi quilos de material e trabalhei esse conjunto de monografias a respeito da Amazônia, referenciais de um discurso militarizado. Contudo, foram os documentos da Escola Superior de Guerra que me permitiram a conclusão da Amazônia como uma formação discursiva do regime. O entendimento é de que a noção de região, para os militares, é ela mesma uma instância administrativa (ALBUQUERQUE JR., 1999). De certa forma, embebidos em uma megalomania de segurança nacional, cujo objetivo à época era a conhecida necessidade de garantir a salvaguarda das fronteiras frente as ameaças comunistas, a Amazônia tornou-se um grande e grave problema político ao governo dos generais-presidente. A formação discursiva, intitulada “Amazônia da ditadura” está presente no amplo conjunto de discursos sobre a região, reunidos, enfim, nesta importante instituição do saber militar à época (FOUCAULT, 2016). Essas séries discursivas, em sua dispersão, foi por mim organizada em função de um deslocamento de pesquisa no qual ofereci aquilo que denominei por enunciados⁴, ou seja, conceitos que constituem e atualizam os discursos sobre a Amazônia na segunda metade do século XX (NAHUM, 2013). Por último, constatei que os militares agenciavam um certo arquivo do regional amazônico na nacionalidade brasileira à época, atualizando discursos antigos, mas também

trazendo rupturas ao entendimento que se tinha daquele território, apesar de sempre o demarcando com seus coturnos, digo, enunciando a região a partir de uma fala institucional, em resumo, desenvolvimentista e militarizada.

O Arquivo Nacional (AN), talvez o lugar que nutria mais expectativa no acervo, na verdade apareceu como um ambiente de suporte à prática de pesquisa que realizava. Um lugar melhor de se estar presente e pensar o tema, mediante uma documentação que permitia articular seus discursos. Essa relação com o Arquivo Nacional é emblemática, pois à medida que não encontrava documentos de grande valor naquele lugar, pude então entender que os arquivos não somente impulsionam nossas pesquisas como colocam limites nas abordagens. Ou seja, o silêncio dos documentos impede o historiador de encenar sua própria narrativa na História, mas impulsionam reflexões que reorganizam o material que temos em mãos, permitindo, sob crítica, a montagem dos textos que significam o passado. No AN estão presentes documentos confidenciais, geralmente atrelados ao Serviço Nacional de Informações (SNI), mas que também se desdobram em ofícios que remetem à comunicação do governo com organizações da sociedade civil. O Arquivo Nacional ainda conta com uma série de matérias de jornais, recortes de algumas notícias que estamparam os periódicos naqueles anos. Nesse meio, destaco os recortes da Revista Manchete, séries de reportagens que também avaliaram as políticas do regime. Nos dias em que estive naquela instituição, e para não deixar de apontar a importância do “Memórias Reveladas”, o documento que penso ser uma das grandes conquistas da iniciativa, e que mantenho comigo, mas que praticamente não o trabalhei na densidade que merece esta fonte histórica, é, portanto, o Relatório Figueiredo (1967). Esse dossiê reúne uma avaliação da atuação do antigo Serviço de Proteção ao Índio, o que permite a conclusão de uma série de erros cometidos pelo Estado brasileiro na relação com os povos

4. São os enunciados elencados: (1) Integração; (2) Nacionalismo; (3) Espaço vazio; (4) Fronteira; (5) Segurança.

originários, resumidos na violência histórica praticada contra esses grupos.

Faz tempo pretendo a elaboração de um diagrama das fontes que tenho comigo em acervo pessoal. As fontes, uma vez organizadas, servirão à uma ação extensionista melhor descrita no próximo tópico. Essas fontes também podem e devem constar em outros arquivos e/ou acervos, melhor respaldados e/ou devidamente institucionalizados, com o objetivo de facilitar o acesso público e contribuir com a política de memória a respeito da ditadura militar no Brasil.

CRÍTICA ÀS ARTES DE GOVERNAR

É, portanto, sobre este arquivo do regional amazônico que hoje me posiciono em grupo disposto a revisar os discursos e imagens desse regional em função de novas interpretações deste território, capazes, então, de autorizar relações de outro tipo, necessárias a uma nova cultura política nessas localidades, inserida, sob disputa e conflito, no campo social da nacionalidade e transnacionalidade. Ao longo desses anos de pesquisa busco me consolidar como especialista da ditadura militar no Brasil. A partir da prática de história oral realizada nos municípios da Transamazônica, pude entender que não é o regime que vem a intervir e modificar o regional amazônico, somente, mas foi, portanto, o regional amazônico que pressionou a gestão política do regime, redirecionando seus pressupostos de governo, enfim, sua razão prática (SOARES, 2023).

Advindo do nordeste do Brasil, conheço a memória da indústria da seca e, portanto, o conjunto de causas que conduz à ocupação amazônica na década de 1970. Junto a trabalhadores rurais, atuei em projetos de extensão que me aproximaram da questão da terra. Com produção bibliográfica ligada à colonização dirigida (1970), entendo minimamente do regime de propriedade e produção no sul do Pará. Hoje professor na cidade de Bragança (PA), busco inserir-me em um território demarcado pela presença de populações tradicionais, como

quilombos e comunidades ligadas a reservas extrativistas. Nesse intento, tenho me aproximado de um conjunto de jovens para promover discussões relacionadas às dinâmicas entre memória e história, possibilitando, em resumo, a revisão de processos sociais autoritários, com vistas a encorajar saídas autônomas e coletivas, ações capazes de criar e também propor equilíbrios socioambientais.

Nesse cenário, surge o “Rodas de Memória”, um espaço socioconstitutivo. O objetivo desta ação é apresentar o acervo que reuni nos anos de pesquisa, para assim alcançar um público maior que o acadêmico. Desde o princípio, pretendo produzir um conhecimento marcado pela superação da dicotomia nós/eles, no intuito de romper e contrapor o par narrativas hegemônicas e falas marginalizadas. Promover um maior alcance da palavra para produzir novas vivências. Ou seja, integrar as populações locais como sujeitos dos discursos sobre o regional, e valorizar seu conhecimento na interpretação de uma dada cultura. Encarar, enfim, os povos e comunidades como produtores de conhecimento e parceiros na defesa da floresta viva.

Implicar História e Antropologia. Entrecruzar cotidiano, cultura e política são objetivos do projeto aqui apresentado. O “Rodas De Memória” pretende atrair jovens e idosos, múltiplas identidades e corpos. Em geral, pleiteia-se oferecer ao público o contato com uma documentação do recorte 1964-1985, e, em conjunto, construir a história que dela virá a ser contada. No intento, sempre defender a necessidade de se formar educandos e educadores capazes de relacionar passado e presente. Levar, portanto, a “Amazônia da ditadura” à história que temos vivido, questionando, nesse intervalo, os modelos desenvolvimentistas que não servem mais a nosso século e que devem dar lugar a iniciativas de inclusão, sobretudo integrativas para com a natureza.

O “Rodas De Memória” tenta assegurar uma exposição dialogada das fontes históricas reunidas em anos de pesquisa, fazendo do momento a possibilidade de uma conversa a respeito de um “passado que não passa”: o regime militar no Brasil, as

ditaduras no século XX e os autoritarismos a eles correspondentes. A ação é determinante para uma História social e patrimonial, cujo intuito é emancipar uma dada população dos traumas políticos que insistem em rodeá-la. Imaginar, assim, outras comunidades que não somente aquelas que se unem no espírito cívico e nacionalista, grupos que fazem das economias uma expansão rumo a territórios cujo equilíbrio ambiental é determinante para a vida na terra.

A iniciativa é, portanto, autêntica, potente naquilo que se propõe. No evento, que aqui convide quem vive e trabalha no estado do Pará, tentarei sempre associar História e novas tecnologias, para assim redirecionar as redes e os meios digitais à produção de um conteúdo crítico e independente. Sem dúvida, esta é uma iniciativa que faz da História cada vez mais pública; e, do público, um sujeito em constante formação, cidadão presente no campo social onde atua, sempre capaz de engajar-se em um compromisso socioambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório – Volume – I. Brasília: CNV, 2014.
- DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Unesp, 2013.
- FICO, Carlos. **Reinventando o Otimismo**. Ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997
- INCRA. ALTAMIRA I. Brasília, 1972
- LUIZ, Janailson Macêdo. O passado autoritário e seus rastros: 50 anos da Guerrilha do Araguaia (1972-2022). In: Maurílio de Abreu Monteiro. (Org.). **Amazônia: a região de Carajás**. 1ed. Belém: NAEA Editora, 2023, v. , p. 183-206.
- LUIZ, J. M. ; REIS, N. F. I. ; SILVA, IDELMA SANTIAGO DA . A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. **Saeculum (UFPB)**, v. 39, p. 83, 2018.
- NAHUM, J. **Região e Representação**: Amazônia nos planos de desenvolvimento. Belém: Editora Açaí, 2013.
- PIZARRO, A. **Amazônia, as vozes do rio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- REGO, Renato. **Comunidades Planejadas na Amazônia**: O urbanismo rural e a utopia de uma nova civilização. XIV Colóquio Internacional de Geocrítica. Las utopias y la construcción de la sociedad del futuro. Barcelona, 2-7 de mayo de 2016. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/xiv_renatorego.pdf. Acessado em: 29/10/2025.
- SOARES, F. M. O impacto da ditadura na Amazônia ou o impacto da Amazônia na ditadura? – Por uma revisão crítica do termo “grandes projetos” como definidor do período 1964-1985 na região. **Cadernos do NUPPOME**, ano 5, número 15, dezembro de 2023. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/files/2023/12/Cadernos-do-NUPPOME-ano-5-numero-15-dezembro-de-2023.pdf>. Acessado em: 29/10/2025.
- SOARES, F. M. **AMAZÔNIA DA DITADURA**: Uma história dos rios e das estradas na colonização do tempo presente. Curitiba: Appris, 2021.